

COMPORTAMENTO

Conheça a história de dois juízes recém-empossados que têm menos de 30 anos. Com preparação que chega a 10 anos de estudo, eles trazem para a Justiça brasileira a ideia de que os magistrados devem ter maior proximidade com a população

Juventude nos tribunais

» KELLY ALMEIDA
» THÁIS CIEGLINSKI

Engana-se quem imagina entrar em um tribunal e encontrar apenas juízes com cabeça branca, idade avançada e vocabulário exclusivamente formal. A cara da Justiça brasileira é formada, cada vez mais, por magistrados novos, muitos deles com menos de 30 anos. Apesar da pouca idade, eles estudaram muito, se prepararam e dizem estar prontos para se sentar à frente dos réus, da sociedade e julgar criminosos de acordo com o que determina a legislação. Há dois meses, uma nova turma tomou posse no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Entre homens e mulheres, jovens que dedicaram os últimos 10 anos aos estudos jurídicos.

Sem abrir mão da malhação e dos fins de semana com os amigos, Bruno Aiello Macacari foi aprovado no concurso após 2 anos de dedicação. Hoje, é juiz substituto da 1ª Vara de Entorpecentes e trabalha na sede do TJDF. Aos 27 anos, defende uma relação próxima entre magistrado e sociedade. "Atualmente, não pode vingar a ideia de que o juiz está em posição hierarquicamente superior a qualquer outra pessoa. Para julgar alguém, é preciso estar na posição de igualdade, de horizontalidade", ressalta. Para ele, a autoridade do magistrado é destacada de outra forma. "Não vem da pré-suposição de superioridade, mas da efetividade da decisão que ele profere", acrescenta.

Apesar da pouca idade, Bruno Macacari se sente preparado para o trabalho. Diz estar ciente das dificuldades, mas acredita que não seja nada além do experimentado por outros profissionais. "Você nunca entra com o conhecimento prático. Além do volume de trabalho, como juiz, vejo a necessidade de aprender a administrar tudo o que circunda a atividade. Não é só aplicar o direito. Juiz é psicólogo, sociólogo. Muitos conflitos envolvem o sentimento das pessoas, e, para isso, é preciso ter a capacidade de gestão", explica.

Além de assumir um cargo de tanta responsabilidade, Bruno precisou ainda mudar-se de cidade. Em Brasília, sente muita falta da família, que ficou em São Paulo. Acima da saudade, no entanto, está a realização e felicidade de fazer o que sonhou desde a época da universidade. "Sempre tive certeza, mas, ainda assim, queria fazer a escolha mais consciente. Por isso, estagiei em várias áreas do direito." O juiz tem participado, em média, de três audiências por semana. "Percebi que a polícia do DF é muito boa. Eles são muito diligentes no que fazem. O juiz não tem predisposição para condenar, mas é importante condenar, quando tem que fazer isso, com a segurança necessária. E o trabalho da polícia possibilita isso", elogia.

Vocação

Também aos 27 anos, a curitibana Heloísa Mesquita Fávoro assumiu a função de juíza substituta da 3ª Vara Cível em outubro deste ano. Aprovada após 3 anos e 7 meses de muito estudo, Heloísa garante que agora, ainda mais, os estudos terão continuidade. "É uma formação permanente. Não apenas para se manter atualizado na legislação, mas no entendimento e na capacidade de decidir adequadamente. Do juiz se espera celeridade, efetividade e justiça." Consciente da importância do papel que ocupa, Heloísa diz que, em muitos momentos, abriu mão da vida pessoal. "Essa é uma consciência que se tem antes de ingressar na magistratura. O cargo exige muito", pondera.

Assim como Bruno, Heloísa

» Perfil

Bruno Peres/CB/D.A Press



» **Heloísa Mesquita Fávoro**, 27 anos, juíza substituta da 3ª Vara Cível. Nasceu em Curitiba e é filha de uma desembargadora aposentada. O pai, já falecido, era advogado. Tomou posse em outubro de 2013. Para passar no concurso, estudou durante 3 anos e 7 meses

Iano Andrade/CB/D.A Press



» **Bruno Aiello Macacari**, 27 anos, juiz substituto da 1ª Vara de Entorpecentes. Nasceu em Barra Bonita (SP). Filho de um advogado e de uma professora. Tomou posse em outubro de 2013. Para passar no concurso, estudou por 2 anos, sem abrir mão da vida pessoal



O bom cumprimento do dever do juiz fortalece a legitimidade do Poder Judiciário"

Heloísa Mesquita Fávoro
juíza substituta da
3ª Vara Cível

vive com muita alegria os primeiros meses no cargo pelo qual tanto batalhou. Além das audiências e dos despachos nos processos, ela tem participado do curso de formação, que se estende até fevereiro. No TJ, assiste a palestras de colegas mais antigos na carreira, que dão dicas e contam um pouco sobre a experiência na magistratura. A rotina puxada, no entanto, é desfrutada com prazer. "É um momento de realização e de felicidade por poder exercer o conhecimento jurisdicional e ter contato com as partes. A experiência tem sido muito produtiva e me sinto muito feliz por estar exercendo a profissão", conta, animada.

A satisfação talvez esteja

relacionada com a certeza que sempre alimentou sobre a carreira que sonhava seguir desde o início da faculdade. Filha de uma desembargadora, hoje aposentada, e de um advogado, Heloísa garante que a escolha nunca foi imposta pela família. "Muito pelo contrário. Eles foram uma inspiração", diz, com um sorriso no rosto. A pouca idade também não intimida a jovem magistrada. "O juiz, como um prestador do serviço público, tem que estar atento às necessidades do jurisdicionado. É exigido dele capacidade de ouvir a sociedade e de compreender a seriedade de todos os sentimentos. Isso, em qualquer idade, exige maturidade e compreensão do outro."



O magistrado, para julgar alguém, tem que estar na posição de igualdade, de horizontalidade"

Bruno Aiello Macacari,
juiz substituto da
1ª Vara de Entorpecentes

Mais avanços na sociedade

Recém-empossado na presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o juiz João Ricardo Costa acredita que o atual sistema de seleção é capaz de selecionar pessoas suficientemente preparadas para a função, independentemente da idade. "O concurso não é apenas técnico. A maturidade também é analisada por meio de testes psicológicos, psicotécnicos e de cultura geral", avalia. Aos 53 anos, 23 deles dedicados à magistratura, João Ricardo lembra que, quando iniciou a carreira no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, fazia os despachos na máquina de datilografia. Cenário bem diferente do vislumbrado por quem ingressa hoje na profissão, que tem disponível, a um clique, a jurisprudência de todas as cortes do mundo.

Além disso, o presidente da maior associação de juizes do Brasil destaca que os mais jovens estão mais sintonizados com as mudanças e os avanços contemporâneos. "No direito de família, por exemplo, lidamos com temas como a união homoafetiva. Hoje, a sociedade já convive com isso com menos preconceito, e estamos conseguindo superar as intolerâncias. Esses novos quadros já chegam inseridos nesse contexto", acredita. A juíza Heloísa Mesquita Fávoro concorda. "A pluralidade de valores constitucionais também exige uma consciência da diversidade cultural e que o magistrado possa, no caso concreto, ponderar, entre os diversos valores, qual o mais adequado."

Para João Ricardo, além do rigor cobrados dos candidatos nas provas do concurso, os três anos de prática jurídica exigidos dos futuros juizes são suficientes para garantir uma boa base aos profissionais. Em 2009, a entidade manifestou publicamente repúdio à Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2009, de autoria do senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que pretendia estabelecer a idade mínima de 35 anos para ingresso na magistratura. No entendimento da AMB, além de subjetiva, a medida não tornaria o Poder Judiciário melhor ou mais eficiente, como sugeria o autor da proposta. A PEC foi apreciada no Senado, mas acabou arquivada em 2011.

Categoria unida

A Associação dos Magistrados Brasileiros tem 14 mil associados e congrega 36 associações regionais, sendo 27 de juizes estaduais, sete de trabalhistas e duas de militares. Magistrados federais também fazem parte do grupo de filiados.

» Para saber mais

Escola de formação

Criada com a sanção da Emenda Constitucional nº 45, mais conhecida como Reforma do Judiciário, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) é responsável por regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira de juiz. Entre outras atribuições, a escola estabelece os parâmetros do módulo nacional do curso de iniciação funcional. O projeto tem como objetivo promover conhecimento sobre ações de Estado capazes de contribuir para a atuação dos novos magistrados, assim como aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional. Apenas no primeiro semestre deste ano, a entidade capacitou 972 juizes federais e estaduais.